

Peritos recomendam portal único digital para gerir dados da saúde em Portugal

written by O Cidadão | 6 de Abril, 2026



Já são conhecidas as **20 recomendações finais do projeto científico “Mais Dados, Melhor Saúde”**, cujo objetivo principal foi contribuir para o desenho e implementação do novo modelo de acesso secundário a **dados de saúde em Portugal**. Entre essas recomendações, destaca-se a criação de um **portal único digital do cidadão**, que deve permitir a cada pessoa saber quem acedeu aos seus dados de saúde, para que finalidade e qual o impacto gerado pela utilização destes dados, com a garantia de que todos são incluídos no processo.

O **portal único digital do cidadão** pretende simplificar o acesso à informação, preferências de partilha e impacto gerado pelos seus dados, criando um modelo mais transparente e centralizado. E para garantir que ninguém fica excluído por falta de literacia digital, os especialistas defendem que o exercício de direitos (como decidir quem pode aceder aos

dados) deve ser também acessível através de apoio humano. Nesse contexto, destaca-se o papel do ecossistema SNS 24, **que poderá apoiar populações mais vulneráveis no exercício dos seus direitos.**

Um planeamento que visa preparar o País para as exigências do **Espaço Europeu de Dados de Saúde**, promovendo a transição de um cenário de partilha de dados disperso para um ecossistema nacional verdadeiramente formalizado e unificado, financeiramente sustentável e centrado no cidadão.

Os 20 peritos envolvidos no projeto, **coordenado pelo Instituto Superior Técnico (IST)**, através do Centro de Estudos de Gestão (CEGIST), com desenvolvimento técnico da IQVIA e apoio da Roche, sugerem 20 recomendações práticas, organizadas em cinco dimensões estratégicas fundamentais para o funcionamento do futuro Organismo Nacional de Acesso a Dados (ONAD).

Estando a sua criação prevista no Espaço Europeu de Dados em Saúde, a sua adequação ao contexto português deve passar por um modelo de governação e de poder de decisão devidamente clarificado aquando da sua implementação, garantindo assim um mandato inequívoco e um **modelo de operação sustentável para centralizar a gestão de dados de saúde em Portugal**. Idealmente, deverá existir um financiamento público de base, complementado por encargos de acesso adequados suportados pelos utilizadores, concebidos para promover um uso responsável dos dados e garantindo simultaneamente que o acesso se mantém assegurado.

Reconhecendo ainda que a confiança pública não surge apenas por haver conformidade legal, recomenda-se uma campanha nacional de comunicação e gestão da mudança, que terá como objetivo **explicar aos cidadãos e profissionais de saúde, de forma clara, o que é a utilização secundária de dados, os seus benefícios sociais, as salvaguardas que os protegem e como podem exercer os seus direitos.**

Outra das recomendações passa pela criação de catálogos públicos de metadados, uma espécie de “montra” dos dados que existem nos hospitais e outras instituições de saúde, assegurando o seu potencial de utilização para melhorar os cuidados de saúde. A ideia é simples: como pode um investigador contribuir para um melhor sistema de saúde se não sabe que dados existem? Como se podem prever pandemias como a COVID-19? Como se podem reduzir os tempos de espera da urgência? Como se pode promover e assegurar cuidados de saúde para todos? Ou como se pode otimizar as rotas das ambulâncias? Estes catálogos deverão ser articulados com a rede europeia HealthData@EU e acompanhados de “rótulos de qualidade”, tornando visível o que hoje permanece inacessível e promovendo uma cultura de partilha informada e responsável, respeitando sempre o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Para Rafael Miranda, coordenador do projeto “Mais Dados, Melhor Saúde” do CEGIST, ***“A necessidade de alinhar com o regulamento do Espaço Europeu de Dados de Saúde deve ser vista como uma oportunidade única para modernizar sistemas de saúde, melhorar cuidados e potenciar inovação em toda a Europa. Portugal deve beber deste ambiente de colaboração e aprender com quem vai à frente – como a Finlândia, por exemplo –, para garantir que estes dados se transformam, em última instância, em valor para os cidadãos.”***